



**XXIX SEMINÁRIO  
INTERINSTITUCIONAL  
DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

*As contribuições da ciência para a  
mitigação das mudanças climáticas*

 29 de Outubro  
a 1º de Novembro

# **A EFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS INSERIDAS NA CULTURA ROMANI**

Aline Mello da Costa; Maicon Dioser Soca; Vanessa Steigleder Neubauer

UNICRUZ

## **RESUMO**

O estudo em tela objetiva-se a pesquisar acerca dos empecilhos encontrados na garantia do direito à educação para crianças e adolescentes inseridos na cultura cigana, utilizando abordagem qualitativa em pesquisa procedimentalmente bibliográfica. Procura-se dissertar acerca de considerações e resultados com base na aplicação das políticas públicas educacionais em contextos que envolvem a população infanto-juvenil cigana, tecendo uma linha de conexão entre os direitos garantidos e as barreiras enfrentadas por esses grupos no acesso à educação. O presente artigo faz parte das pesquisas realizadas pelo projeto de pesquisa PIBIC “Proteção de Direito das Crianças e Adolescentes: Uma Análise Exaustiva Sobre o Papel do Poder Judiciário Brasileiro em Casos Envolvendo Infantes”.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise bibliográfica e no método hipotético-dedutivo. Utiliza-se parte dos resultados do projeto PIBIC sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes e de artigos científicos. A pesquisa visa identificar conceitos e teorias sobre o papel do Judiciário brasileiro nesses casos, seguindo o método de formulação de hipóteses, coleta de dados e conclusões a partir da análise de fontes não numéricas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O estudo revelou que, apesar de avanços legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal, as crianças romani enfrentam barreiras significativas no acesso à educação. Essas barreiras incluem preconceito, discriminação e desafios logísticos devido à cultura nômade. Embora políticas públicas como a Resolução CNE/CEB nº 3 de 2012 tenham tentado abordar essas questões, a falta de adaptação curricular e de capacitação de professores persiste como um obstáculo. Além disso, a jurisprudência brasileira tem mostrado sensibilidade ao tratar esses casos, evitando punições pecuniárias e defendendo soluções mais inclusivas e culturais.

## **CONCLUSÃO**

Para garantir o direito à educação das crianças romani, é necessário integrar a cultura romani no currículo escolar, capacitar professores para lidar com a diversidade e envolver as comunidades romani na formulação de políticas. Apenas com uma abordagem culturalmente sensível, que respeite e incorpore as particularidades desse grupo, será possível superar as barreiras e garantir uma educação inclusiva e de qualidade para esses jovens.